



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/2022

(Autoria: Mesa Diretora)

CÂMARA DE VEREADORES DE BOA VISTA DO SUL

(X) APROVADO () REPROVADO

COM EMENDAS - EM 01 a DISCUSSÃO
SEM

Sala das Sessões em 02 Março 2022

Presidente

**“Reajusta o valor do Auxílio-Alimentação
instituído pela Lei Municipal nº 602, de 02 de
junho de 2010.”**

Art. 1º Pela presente Lei, fica reajustado o valor do Auxílio-Alimentação instituído pela Lei Municipal nº 602, de 02 de junho de 2010.

Art. 2º O valor da quota diária do auxílio-alimentação previsto no artigo 3º da Lei Municipal nº 602/2010 passará dos atuais R\$14,00 (quatorze reais) para R\$16,00 (dezesesseis reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a contar de 1º de março de 2022.

Sala da Câmara Municipal de Boa Vista do Sul, RS, aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois.


PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI
PRESIDENTE


Ivânia Morelatto Salvi
1ª Secretária

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
Câmara de Vereadores de Boa Vista do Sul
Nº 008 Em 18/02/22 Hora 16:14h

Secretário



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL
JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/2022**

Senhoras e Senhores Vereadores:

A Lei Municipal nº 602, de 02 de junho de 2010, instituiu o Auxílio-Alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal, cujo valor fixado atualmente, nos termos do artigo 3º da referida lei, é de R\$14,00 (treze reais).

Considerando que o atual valor se mostra insuficiente e, ainda, tendo em vista que no ano de 2021 não foi concedido qualquer reajuste, visando o equilíbrio de valores, busca-se tal reajuste. Assim passará do atual valor de R\$14,00 (quatorze reais) para R\$16,00 (dezesseis reais).

Este reajuste justifica-se, de forma plena, a fim de adequar o valor do Auxílio-Alimentação ao seu objetivo, qual seja, aquisição de gêneros alimentícios *in natura* ou preparados para consumo imediato.

Diante do exposto, necessário se faz a adequação de nossa legislação a realidade fática imposta em nosso Município e região.

Por fim cabe salientar que se encontra em anexo, nos termos da legislação vigente, impacto orçamentário-financeiro referente à despesa que será gerada.

Ante o exposto, a Mesa Diretora solicita aos nobres colegas a aprovação deste Projeto.

Sala da Câmara Municipal de Boa Vista do Sul, RS, aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois.


Patricia Lucia Bagatini
Presidente


Ediane Brambilla Tressoldi
Vice-Presidente


Ivania Morelatto Salvi
1ª Secretária


Antonio Remonti
2º Secretário



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOA VISTA DO SUL

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO - Art. 16 da LC 101/00 - LRF

Impacto Orçamentário-Financeiro 008/2022

Base Legal : Projeto de Lei do Legislativo 001/2022

Objeto		Valor Unitário
1	Aumento do benefício Auxílio-Alimentação	16,00

Quadro I - Cálculo do Aumento Estimado da Despesa para o período.

Eventos	(a) valor atual	(b) valor proposto
I - valor unitário do benefício (100%)	14,00	16,00
II - valor unitário pago pelo Município (90%)	12,60	14,40
III - valor unitário descontado do servidor (10%)	1,40	1,60
IV = II(b)/II(a)-100% - % de aumento do custo do Município		14,29%
V - valor total gasto com o benefício no ano anterior	2.709,00	
VI = VxIV(b) previsão de gasto com o benefício para o ano de 2022		3.031,50

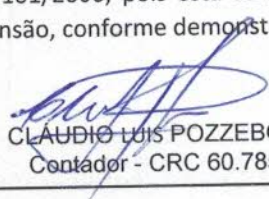
Dotação atualizada para o cumprimento da despesa	3.100,00
--	----------

IX - previsão de inflação para o ano de 2023	3,34%
X - previsão de inflação para o ano de 2024	3,17%

Quadro II - Cálculo do aumento da despesa conforme art. 16, I da LC 101/2000.

Ano	Incremento da Despesa	R\$
2022	XI = VI(b) - V(a) - aumento da despesa para o ano	322,50
2023	XII = XIxIX - aumento da despesa para o ano	333,27
2024	XIII = XIIxIX - aumento da despesa para o ano	343,84

A presente despesa está em condições de ser realizada, podendo ser emitido o atestado nos termos do inciso II do art. 16 da LC 101/2000, pois está contemplada no planejamento orçamentário e possui amparo financeiro para a sua criação e/ou expansão, conforme demonstrado acima.


CLAUDIO LUIS POZZEBON
Contador - CRC 60.785

Boa Vista do Sul, 18 de fevereiro de 2022.

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, Patrícia Lúcia Bagatini, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Boa Vista do Sul, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, DECLARO existir recursos para as despesas demonstradas acima, assim como possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Boa Vista do Sul, 18 de fevereiro de 2022.